ELABORAÇÃO DE ABORDAGEM QUALITATIVA PARA PESQUISA EM UMA COMUNIDADE DA RESERVA EXTRATIVA MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: NAS COMUNIDADES ILHA DAS CANÁRIAS

Rayana Botão Campos Silva Brussio[1]

Claudio Eduardo de Castro[2]

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas (RESEX) têm como objetivo a proteção dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, nelas a visitação é permitida, desde que alinhada aos interesses locais e ao Plano de Manejo da unidade. A posse dessas áreas é pública, sendo concedido o direito de uso às comunidades extrativistas conforme regulamentação específica. Além disso, pesquisas científicas são incentivadas, seguindo as condições estabelecidas, como observado em análises de efetividade de gestão em RESEX marinhas (Pereira, 2018), porém requerem autorização prévia do órgão competente, seguindo as condições estabelecidas (BRASIL, 2000). Essa modalidade de conservação demonstrou benefícios na manutenção do meio ambiente, idealizado a partir das lutas de Chico Mendes (Mendes, 1989), representando um avanço na proteção ambiental ao integrar comunidades tradicionais na gestão de recursos naturais, configurando-se como um instrumento de territorialidade para povos tradicionais (Little, 2002).

Neste projeto na RESEX Marinha Delta do Parnaíba-REMDP busca compreender as dinâmicas sociais e econômicas das comunidades que vivem dentro e no entorno da dela, especialmente aquelas que dependem do extrativismo, em um contexto de múltiplas intervenções na zona costeira (Costa; Dos Passos, 2017). O foco foi analisar os conflitos socioambientais das produtividades locais, gerados em torno dos recursos naturais extraídos, como disputas territoriais por pesca e carcinicultura identificadas na reserva (Siqueira et al., 2023), e como isso afetam a vida cotiadiana da população.

Posteriormente, entender como as comunidades tradicionais que habitam nas áreas protegidas, que usam do ambiente da RESEX para o extrativismo, estão passando por mudanças significativas em seus modos de vida e organização social, como observado em comunidades como Passarinho na Ilha das Canárias (Mattos, 2006). Um exemplo disso são os moradores da Ilha das Canárias, dentro da REMDP, foco da pesquisa, onde pescadores e catadores de caranguejo deixaram de atuar exclusivamente para a subsistência. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2009), grande parte da produção extrativista marinha dessa região atende à demanda dos mercados do Piauí, Ceará e Alagoas.

Dessa forma, a pesquisa se torna essencial para entender como essas comunidades tradicionais conciliam suas atividades com as pressões externas, sejam elas ambientais, econômicas ou políticas. Além disso, buscou-se entender o papel da ausência do Plano de Manejo na gestão da RESEX, elemento fundamental para regulamentar as práticas sustentáveis e evitar conflitos socioambientais.

Diante desse cenário, este estudo pretende contribuir para o debate sobre a sustentabilidade na REMDP, trazendo uma abordagem qualitativa que privilegie as percepções e vivências das populações locais, alinhada a análises integradas de instrumentos de política ambiental (Siqueira et al., 2023). Através da análise dos desafios enfrentados, espera-se apontar caminhos para

1 Discente em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: rayanabrussio00@gmail.com

2 Doutor em Geografia, Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: claudiocastro@professor.uema.br

políticas públicas mais eficazes, que respeitem os modos de vida das comunidades tradicionais, garantindo a preservação ambiental e segurança socioeconômica dessas populações.

METODOLOGIA

Na perspectiva de analisar e apreender a totalidade dos fenômenos, o método proposto para a realização da pesquisa é o qualitativo possibilitará o estudo de questões que não poderiam ser quantificadas, como aspectos de subjetividade, e atitudes individuais que são pertencentes ao contexto das relações sociais (Goldemberg, 1997; Becker, 1993), lançar-se a mão também do método dialético que se baseia em conteúdo de análise comparativa em teoria fundamentada.

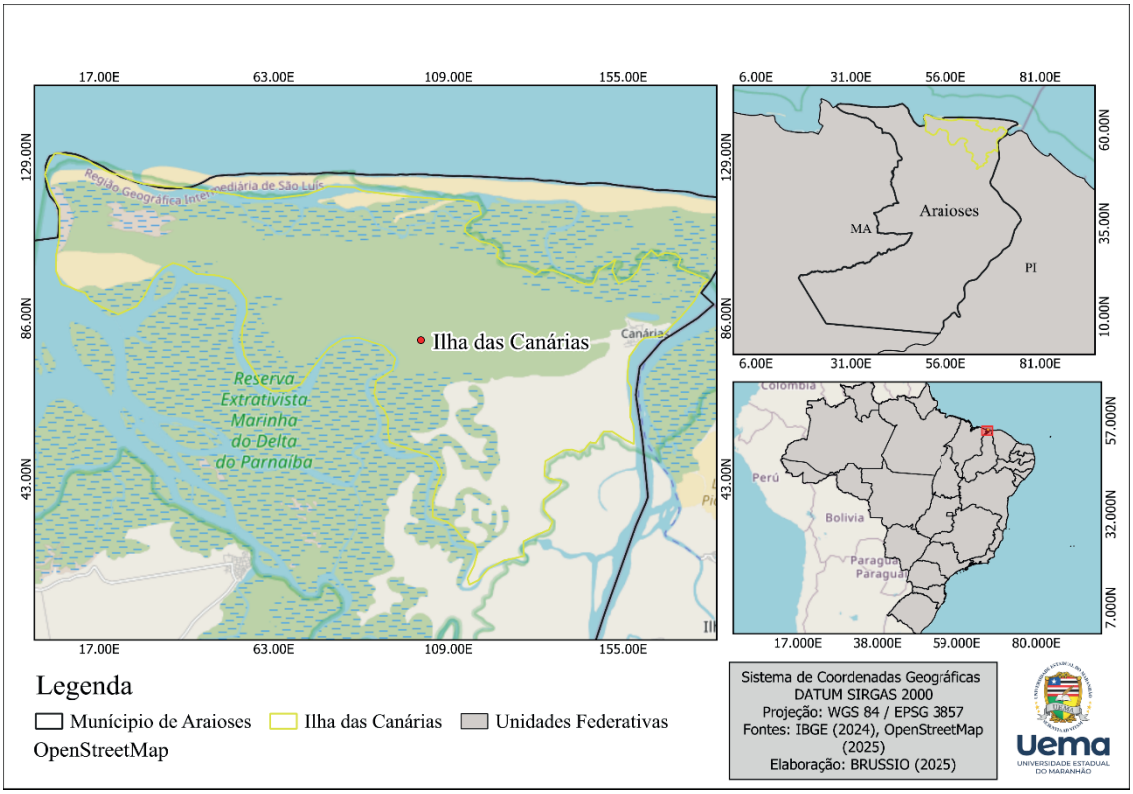
Na pesquisa e trabalho de campo para análise empírica do objeto de estudo realizar-se visitas para o desenvolvimento de observações e vivências, percebendo-se a governança territorial sobre as áreas de produção e os principais conflitos socioambientais; elaboração do instrumento utilizado em campo as entrevistas; aplicação dos instrumentos com os agentes selecionados no intuito de analisar as suas percepções e vivências, para então, reavaliar os direcionamentos do estudo; aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os atores sociais as Comunidades Tradicionais a fim de identificar os objetivos propostos.

Os trabalhos de campo foram realizados em duas etapas: o primeiro em 14 de agosto de 2024, com foco no reconhecimento da área, observação das práticas produtivas e diálogos exploratórios com moradores e lideranças; e o segundo em 17 de abril de 2025, voltado para a coleta aprofundada de informações por meio de entrevistas com pescadores, catadores de caranguejo, representantes comunitários e agentes ligados ao turismo. Durante as visitas, a observação participante permitiu acompanhar atividades cotidianas, como a pesca e a coleta de camarão e caranguejo, além das interações com visitantes, registrando-se impressões em diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Ilha das Canárias está localizada no município de Araioses, no estado do Maranhão, sendo a segunda maior ilha do Delta do Parnaíba com uma área de aproximadamente 17.000 hectares (figura 1). A ilha está presente na RESEX marinha do Delta do Parnaíba uma unidade de conservação que visa proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade das comunidades tradicionais que ali residem.Para chegar à Ilha das Canárias é necessário realizar uma travessia de barco, uma das rotas mais comuns parte do Porto dos Tatus, no estado do Piauí, localizado próximo à cidade de Parnaíba, porém a outra possibilidade de é a partir do porto de Araioses via estado do Maranhão, a viagem de barco em qualquer doos casos é de cerca de 2 horas, passando por uma complexa rede de canais e igarapés que cortam os manguezais, além de áreas de dunas que proporcionam vistas panorâmicas do delta. A população local está distribuída em cinco povoados principais: Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio (figura 2). Para chegar nessas comunidades é necessário a condução de quadriciclos, sendo a comunidade Canárias, a menos distante e Morro do Meio a mais distante. A principal atividade econômica é a pesca artesanal, complementada pelo turismo ecológico, que tem ganhado destaque nos últimos anos.

Figura 1 – Localização da Ilha das Canárias na Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba



Fonte: Autor (2025)

Esse território é caracterizado por um ambiente dinâmico de uso sustentável, composto por ilhas, manguezais, estuários e outras formações naturais essenciais para a biodiversidade marinha e para a subsistência das comunidades tradicionais.

> Art. 2o A Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba tem por objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área.
> Art. 3o A área da Reserva Extrativista, ora criada, fica declarada de interesse ecológico e social, conforme preconiza o art. 2o do Decreto no 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (ICMBIO, 2020).

Convém desgnimar a sociedade que habita a Resex, como observa Barretto Filho (2002), "população tradicional" que expressa um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente: percepções, valores e estruturas de significações que orientam disputas simbólicas e estão na origem de certas políticas ambientais. E é, portanto a partir do reconhecimento deste campo de disputas, de diferentes interesses e conflitos que se pode compreender o surgimento das chamadas populações tradicionais.

Na análise, a REMDP abriga populações que historicamente dependem do extrativismo para sua sobrevivência, como pescadores, catadores de caranguejo e marisqueiras. Para Rueda (1995), um dos aspectos de grande importância na evolução histórica do extrativismo foi o amadurecimento político e social dos extrativistas, a partir da prática dos "empates"[3], que exigiam organização e coesão social. O território, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, mas também um espaço de vivências e reprodução social, onde a cultura, os saberes tradicionais e as relações de trabalho moldam a identidade local.

3 A recente evolução histórica do extrativismo no Brasil, e especificamente na Amazônia, mostra que a prática das ações impeditivas dos desmatamentos, os chamados "empates", serviu de substrato para o amadurecimento político e social dos extrativistas, pois exigia organização e coesão. Estas forças foram encontradas mediante o fortalecimento do sindicalismo em cujo seio, e diante da necessidade de manter a união, foi aceito e amadureceu o princípio da "concessão de uso coletiva". In: Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Rio Unini, AM. MMA-ICMBio: Brasília, 2014.

Em teoria, as Reservas Extrativistas são criadas a partir de um pedido feito pelos próprios moradores da região, que também são responsáveis por sugerir os limites territoriais da área. Após a formalização da Resex, com a discussão e aprovação do Plano de Utilização pela comunidade e a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, inicia-se o processo de consolidação da reserva. Nesse estágio, é elaborado um plano de desenvolvimento que tem como objetivo complementar o Plano de Utilização já estabelecido, orientando o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão do território.

Entretanto, a pressão sobre os recursos naturais que a Ilha das Canárias, aliada às transformações econômicas e ambientais, vem impactando o modo de vida dessas comunidades. A ampliação da pesca comercial, o turismo e os empreendimentos, são desafios que afetam diretamente a sustentabilidade dos meios de subsistência locais. Além disso, a necessidade de regulamentação, fiscalização e cumprimento das normativas legais do uso dos recursos tem gerado conflitos entre os moradores e órgãos de gestão ambiental que atuam na REMDP.

> Os motivos para tal projeção consistem em que esse modelo de parques nacionais, importados e segregadores dos moradores tradicionais, não têm funcionado bem, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil. No qual as populações locais não sentem vantagens na criação de áreas protegidas. Outra questão refere-se aos conflitos sociais gerados pelo modelo que coloca em xeque, a própria noção do tipo de relação entre a população humana e a natureza (Diegues, 1996; 1997; Simonian, 2000; Silva, 2010)

O uso sustentável dos recursos dos lugares que na REMDP pertencem como a comunidade Canárias, é de importância regional acerca do planejamento e gestão socioambiental do território litorâneo do estado do Maranhão por meio de processos participativos relacionando os mecanismos aplicados na gestão de áreas costeiras que visam construir uma convivência entre a conservação da natureza, recuperação ambiental e as atividades humanas, resultando numa melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Na REMDP a Ilha das Canárias é destacada pelo forte extrativismo de caranguejo, uma atividade essencial para a subsistência e economia local, a coleta de caranguejos representa uma prática tradicional profundamente enraizada na cultura da comunidade, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e a geração de recursos financeiros.

A Dinâmica Socioprodutiva e os Impasses na Gestão Territorial da Comunidade Canárias

A comunidade Canárias, por sua vez, tem na pesca sua principal atividade econômica, porém é complementada pela coleta de caranguejos, praticada por aproximadamente oito extrativistas locais. Embora a coleta de caranguejos não seja a atividade predominante, ela desempenha um papel relevante na subsistência de algumas famílias, que transportam os crustáceos até o porto de Tatus, no estado do Piauí, para comercialização.

Diferentemente de outras comunidades pesqueiras, os catadores de caranguejos não estão formalmente organizados em associações específicas. No entanto, buscam apoio e recursos junto a entidades locais, destacando-se a importância da "Associação Mãe", situada na comunidade de Canárias e considerada a principal entidade representativa da Ilha. Essa associação centraliza a representação das comunidades locais, com uma diretoria composta por membros de diferentes localidades, funcionando como um mecanismo de proteção social e política, especialmente diante da pressão de invasões territoriais por grandes empresários.

A Associação Mãe (figura 3 e 4) desempenha um papel estratégico na segurança territorial da comunidade, uma vez que possui o documento de concessão de território, fundamental para garantir o direito à terra e prevenir conflitos fundiários. Além disso, a existência dessa entidade é essencial para o acesso a projetos e políticas públicas, como os programas de desenvolvimento

rural oferecidos pelo INCRA, reforçando a importância da organização coletiva para a sustentabilidade socioeconômica da comunidade.

Figura 3 e 4 - Sede da Associação Mãe



Fonte: Autora (2024)

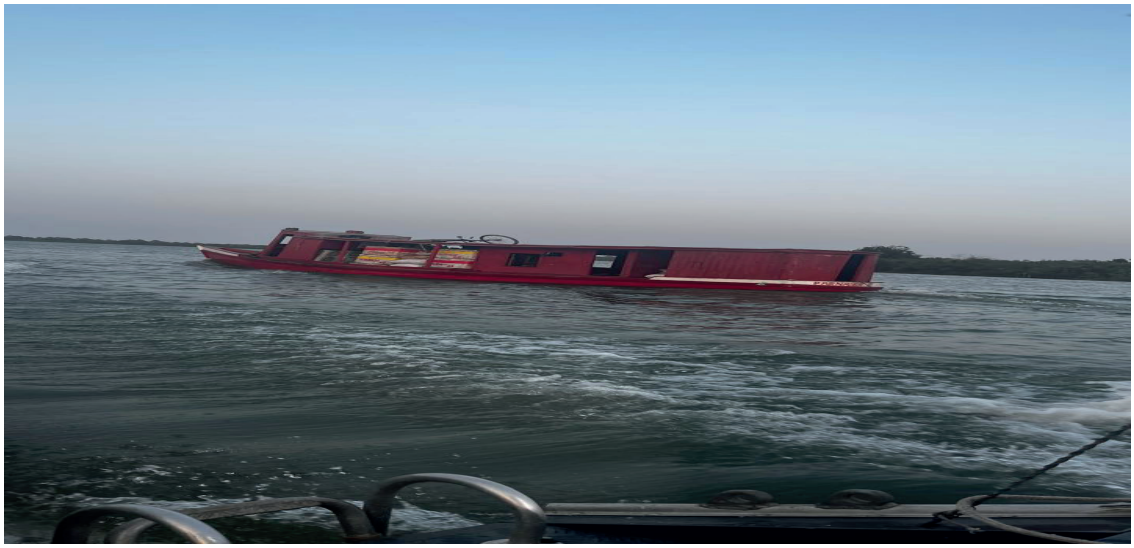
A relação entre as comunidades da Ilha das Canárias e a gestão da Resex é marcada por tensões e desafios de governança. Embora haja um alinhamento estratégico em alguns projetos desenvolvidos em parceria com associações locais, nem sempre as interações são harmoniosas. Um ponto crítico é a ausência do Plano de Manejo na Resex, que persiste há 24 anos, prejudicando a implementação de diretrizes claras para o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão territorial.

O ICMBio, órgão responsável pela administração da Resex, enfrenta cobranças frequentes por parte da comunidade quanto à fiscalização efetiva da área. Há um esforço contínuo para que as fiscalizações sejam realizadas mensalmente, especialmente em relação às práticas de criação de animais. Destaca-se a questão da criação de suínos soltos, que é proibida dentro da Resex devido aos impactos ambientais e sanitários, assim como a criação de animais de grande porte, mas ocorrem. No entanto, a comunidade tem a possibilidade de criação de animais em locais reservados, buscando seguir as exigências ambientais da unidade de conservação.

A pesca artesanal e o extrativismo de crustáceos permanecem como pilares da economia local na Ilha das Canárias, sendo atividades que transcendem o caráter econômico e se configuram como práticas socioculturais enraizadas. Depoimentos de moradores evidenciam que, apesar da tradição, a produtividade enfrenta variações sazonais e ambientais, como alterações na salinidade da água, ausência de iscas naturais e variações climáticas, o que afeta diretamente a renda e a segurança alimentar das famílias. Esses elementos reforçam a observação de Rueda (1995) de que a evolução histórica do extrativismo é marcada por adaptações socioeconômicas e ambientais, exigindo constante reorganização da produção e das estratégias de comercialização.

A comercialização dos produtos (figura 5), como relatado por pescadores locais, ocorre de forma fragmentada e muitas vezes direcionada para mercados externos, como os de Parnaíba e Teresina, sem que o valor agregado retorne proporcionalmente à comunidade. Essa dependência de fluxos comerciais externos expressa a vulnerabilidade socioeconômica local, conforme analisado por Barretto Filho (2002), que associa as disputas territoriais e econômicas de populações tradicionais a pressões externas e à fragilidade de estruturas de governança comunitária.

Figura 05 – Barco de carga de caranguejo e pesca em direção ao Porto dos Tatus



Fonte: Autoria (2024)

Outro fator central é quanto à Associação Mãe, detentora do documento de concessão de uso do território que articulou junto a órgãos externos. Apesar de seu papel estratégico, entrevistas revelam que a entidade enfrenta sobrecarga e limitações na resposta às demandas específicas de cada povoado. A ausência de fiscalização efetiva e a não aplicação integral do Acordo de Pesca de 2019, aprovado pelo conselho deliberativo da Resex, demonstram lacunas na gestão territorial e na aplicação de instrumentos de ordenamento. Essa situação é coerente com a crítica de Diegues (1996) ao modelo de gestão de áreas protegidas que, quando desprovido de mecanismos participativos e eficientes, acaba por fragilizar as próprias comunidades que busca proteger.

A pressão de empresários para aquisição de terras, especialmente em localidades mais vulneráveis como Caiçara, acentua a necessidade de fortalecimento institucional e comunitário. Nesse contexto, a governança territorial deve priorizar o fortalecimento das organizações locais, a fiscalização participativa e a implementação de instrumentos previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC (BRASIL, 2000), como o Plano de Manejo, de modo a assegurar o equilíbrio entre conservação e permanência dos modos de vida tradicionais (BRASIL, 2021).

Desafios Socioambientais: Impactos do Turismo e da Falta de Regulamentação na RESEX Delta do Parnaíba

A ausência do Plano de Manejo da Resex do Delta do Parnaíba representa uma significativa limitação para a administração da área.Consequentemente, expõe as comunidades à vulnerabilidade diante do crescimento do turismo desordenado e intensifica potenciais impactos sobre a identidade e os valores culturais locais. A falta de diretrizes para ofuncionamento interno da Resex compromete a possibilidade de articulação do ICMBio na formulação de uma estratégia de gestão eficaz.

Esse documento deve ser elaborado para todas as Unidades de Conservação estabelecido no Artigo 27 da Lei n° 9.985/00 (BRASIL, 2000). Segundo a legislação, o Plano de Manejo emprega medidas de planejamento ecológico, estabelecendo zoneamento da unidade, caracterizando com suas finalidades e definido diretrizes básicas para o manejo da área protegida (BRASIL, 2021). Além de definir as atividades permitida, consideradas apropriadas, e as conflituantes.

O principal conflito preocupante que a Ilha das Canárias enfrenta diz respeito à expansão contínua dos empreendimentos ao longo de todo o litoral da ilha, embora alguns

empreendimentos tenham sido autorizados, estes representam uma das principais fontes de tensão para a comunidade local, especialmente em relação a restaurantes, resorts e pousadas voltados para o turismo. Destaca-se que a maioria desses empreendimentos é administrada por empresários externos à região, apesar de as permissões serem destinadas exclusivamente aos moradores da Resex. Observa-se que as localidades de Caiçara e Passarinho não possuem tais estabelecimentos, contudo, a comunidade de Caiçara enfrenta pressões significativas devido à atuação de empresários de fora.

A percepção da comunidade é de que a Resex desempenha um papel essencial na proteção de seus interesses, sobretudo diante da expansão do setor turístico. O principal ponto de conflito gira em torno da instalação desses empreendimentos na área. Frequentemente, verifica-se que empresários utilizam o apoio de famílias locais para obter autorizações, o que agrava as tensões existentes. Outro fator crítico de conflito reside na relação com os órgãos reguladores e gestores da Resex. A comunidade manifesta insegurança quanto à gestão da área e considera que a ausência de uma administração competente compromete a efetividade das medidas de proteção e segurança para os moradores.

O turismo em massa é um fator que também gera conflitos, quando não planejado de maneira sustentável, pode gerar uma série de impactos econômicos significativos em regiões vulneráveis, como a Ilha das Canárias. O crescimento desordenado das atividades turísticas provenientes de Parnaíba - Piauí tem exercido influência direta na economia local, gerando impactos negativos, que contribui para o aumento da desigualdade econômica na ilha. Grande parte dos empreendimentos turísticos, como resorts e pousadas, é de propriedade de investidores externos, o que resulta na concentração de renda fora da comunidade local. Consequentemente, os lucros gerados pela atividade turística não são devidamente reinvestidos na economia da ilha, limitando o desenvolvimento econômico local. Os moradores relatam ainda que esses conflitos acabam gerando prejuízos ambientais, como resíduos sólidos e com erosões causadas com lanchas grandes e em alta velocidade.

A extração do caranguejos na região do Delta do Parnaíba também revela uma complexa dinâmica socioeconômica entre os estados do Maranhão e do Piauí. Embora a extração desses crustáceos ocorra predominantemente nas áreas costeiras do Maranhão, os moradores relatam que os benefícios econômicos e o reconhecimento pela comercialização são, em grande parte, atribuídos ao Piauí.

Essa relação assimétrica pode ser explicada por diversos fatores. Primeiramente, o Piauí possui uma infraestrutura logística mais desenvolvida, incluindo redes de transporte e mercados organizados, o que facilita a distribuição e comercialização dos caranguejos em maior escala. Por outro lado, as comunidades maranhenses envolvidas na captura enfrentam desafios econômicos e sociais significativos. A falta de reconhecimento e de acesso a mercados diretos limita a geração de valor agregado na origem, resultando em menores retornos financeiros para os extrativistas locais.

Embora reconhecido como potencial vetor de desenvolvimento econômico, tem se consolidado de forma predominantemente desordenada e concentrada nas mãos de empresários externos à comunidade. Os relatos apontam que agências turísticas sediadas em Parnaíba priorizam roteiros mais lucrativos que não contemplam a vivência comunitária, resultando em baixa circulação de recursos na economia local. Esse fenômeno, conforme apontam Diegues (1997) e Simonian (2000), é característico de modelos turísticos excludentes, que reforçam desigualdades e desvalorizam os saberes e a cultura das populações tradicionais.

Casos específicos, como o bloqueio de acesso ao rio por pousadas privadas e o avanço de construções sobre áreas de uso coletivo, evidenciam a intensificação dos conflitos socioeconômicos e territoriais. Tais práticas violam direitos de acesso e uso consuetudinário do território, comprometendo atividades essenciais como o banho, a lavagem de roupas e a captação de água, práticas que, segundo Arruda (2000), estão intimamente ligadas à manutenção dos modos de vida tradicionais.

Outro ponto de tensão é a Revoada dos Guarás, atração ecoturística de relevância regional. A presença de elevado número de embarcações, poluição sonora, drones e até captura ilegal de aves demonstra ausência de controle e fiscalização. A legislação vigente, expressa no Art. 27 da Lei n.º 9.985/2000 (BRASIL, 2004), determina que toda Unidade de Conservação disponha de Plano de Manejo, documento que deveria conter diretrizes para o ordenamento turístico e a proteção da biodiversidade instrumento ausente na Resex há mais de duas décadas.

A expansão de empreendimentos de maior porte, como resorts e pousadas, muitas vezes respaldados por alianças políticas e econômicas externas, agrava a desigualdade social e concentra os benefícios do turismo fora da comunidade. Essa realidade repete-se em ilhas vizinhas, como a Ilha do Caju, onde a implantação de projetos de créditos de carbono restringe o acesso de pescadores e catadores de caranguejo às áreas tradicionalmente utilizadas para o extrativismo. Conforme Diegues (1997), iniciativas dessa natureza, quando desvinculadas de uma gestão participativa, tendem a excluir comunidades e favorecer a apropriação privada de bens coletivos.

Assim, a expansão turística, em sua configuração atual, exige regulamentação urgente, com mecanismos de participação comunitária e fiscalização efetiva, de forma a promover um turismo sustentável que respeite a capacidade de suporte ambiental, os direitos territoriais e a integridade cultural da população local. O fortalecimento das associações comunitárias e a integração das diretrizes do Plano de Manejo com políticas de turismo de base comunitária são caminhos imprescindíveis para mitigar os conflitos e potencializar benefícios para a coletividade.

Esses conflitos socioambientais na comunidade Canárias, evidenciam a complexa interação entre pressões externas, como o turismo desordenado e empreendimentos de grande porte, e a ausência de um Plano de Manejo, que compromete a gestão eficaz e sustentável do território. Essas tensões, agravadas pela apropriação indevida de áreas comuns e pela desigualdade na distribuição dos benefícios econômicos, ameaçam os modos de vida tradicionais, a biodiversidade local e a identidade cultural da comunidade. A elaboração e implementação de um Plano de Manejo participativo, aliado ao fortalecimento de políticas de turismo de base comunitária e à fiscalização rigorosa, são medidas urgentes para mitigar esses conflitos, promovendo a conservação ambiental e a segurança socioeconômica dos moradores, em conformidade com os princípios da RESEX. O quadro 1 pauta os conflitos revelados na pesquisa.

Quadro 1 - Conflitos socioambientais na Comunidade Canárias na REMDP

Conflitos socioambientais	Causas	Consequências
Uso das áreas de uso comum para criação de animais de grande porte	Falta de regulamentação (Plano de manejo); Cercamento de áreas comuns.	Desrespeito aos acordos e a legislação de criação da RESEX
Expansão de empreendimentos turísticos (restaurantes, resorts, pousadas)	Autorizações indevidas a empresários externos; Alianças com famílias locais para obtenção de permissões.	Concentração de renda fora da comunidade; Restrição de acesso a áreas comuns; Aumento da desigualdade econômica.
Turismo em massa desordenado	Ausência de controle e fiscalização; Poluição sonora, uso de drones e captura ilegal de aves.	Degradação ambiental (resíduos sólidos, erosão); Impactos à biodiversidade; Conflitos com a comunidade.
Bloqueio de acesso ao rio por pousadas privadas	Construções em áreas de uso coletivo; Falta de regulamentação.	Prejuízo às práticas tradicionais (banho, lavagem de roupas, captação de água); Violação de direitos consuetudinários.
Uso excessivo dos recursos extrativos: caranguejo; pescado; folha da carnaubeira.	Necessidade cada vez maior de obter recursos financeiros dada a inserção no mercado de trabalho.	Esgotamento dos recursos, divisão social do trabalho entre os comunitário.

Fonte: Autor (2025)

CONCLUSÃO

A gestão, e conservação das áreas de Reserva Extrativista (Resex), particularmente na Ilha das Canárias, enfrentam desafios consideráveis, especialmente em relação à falta de um plano de manejo eficiente, o que compromete tanto a conservação ambiental quanto o bem- estar das comunidades tradicionais Canárias, Passarinho, Torto, Morro do meio e Caiçara. A ausência regulamentações claras e seguir-las dificulta o modo de vida dos moradores locais, deixando as áreas vulneráveis a práticas extrativistas desordenadas e ao avanço de empreendimentos econômicos, como o turismo não sustentável.

O crescimento desordenado do turismo nas áreas de Resex e APA (Área de Proteção Ambiental) tem gerado impactos negativos na economia local, exacerbando as tensões entre as comunidades locais e os empresários externos, que muitas vezes se beneficiam da exploração dos recursos naturais e do turismo, sem que haja um retorno significativo para as populações locais. As comunidades pesqueiras e extrativistas, como na Ilha das Canárias, continuam a lutar por maior segurança territorial, por meio das associações comunitárias que estão presentes, garantindo a defesa de seus direitos e acesso a projetos sustentáveis, porém nem sempre ouvidos pelos gestores da RESEX.

O extrativismo de caranguejos e outras atividades pesqueiras, essenciais para a subsistência dessas comunidades é algo que precisa de mais visibilidade e apoio, visando aumentar a qualidade de vida dos catadores e da comunidade em um todo. Seguir as implementação de políticas e leis existentes das práticas de pesca sustentável e de um projeto para o turismo responsável são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico local e preservar a biodiversidade da região.

Para superar esses desafios, é imprescindível a elaboração e implementação de um Plano de Manejo participativo, que integre diretrizes claras para o uso sustentável dos recursos, fortaleça a governança comunitária e promova o turismo de base comunitária. Essas medidas são essenciais para equilibrar a preservação da biodiversidade com o bem-estar socioeconômico das comunidades, garantindo a proteção dos valores culturais e a segurança territorial da população da comunidade canárias na Ilha das Canárias, em conformidade com os princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e os objetivos da RESEX.

A gestão territorial, portanto, deve considerar a integridade ambiental, a qualidade de vida das comunidades e a preservação dos modos de vida tradicionais como elementos centrais de qualquer política pública ou projeto de desenvolvimento na área. Só com um planejamento integrado e sustentável será possível garantir a sustentabilidade da Ilha das Canárias, equilibrando as demandas de desenvolvimento econômico com a conservação ambiental.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o orientador Dr. Prof. Cláudio Eduardo, pelos ensinamentos, orientações e contribuições fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Essa pesquisa pode auxiliar em futuras pesquisas dentro da RESEX, como nas investigações voltadas à avaliação dos impactos do turismo e à efetividade das políticas públicas e instrumentos de gestão, como o Plano de Manejo, são fundamentais para subsidiar ações mais eficazes. Por fim, destaca-se a importância de pesquisas participativas que envolvam diretamente as comunidades tradicionais, valorizando seus saberes e fortalecendo a gestão territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. “**Populações Tradicionais” e a Proteção dos recursos Naturais em Unidades de Conservação.** In: DIEGUES, A.C. Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC e Nupaub – USP, 2000.

BARRETTO FILHO, Henyo. **Populações tradicionais: introdução a critica da ecologia política de uma noção.** Departamento de Antropologia – UNB, no prelo.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

CARVALHO, R. d. C. P. d. . **As territorialidades institucionais e dos empreendimentos econômicos turísticos na APA e Resex Marinha Delta do Parnaíba.** (2018)

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.

COSTA, Francisco Wendell Dias; PASSOS, Messias Modesto dos. **A RESEX do Delta do Parnaíba como instrumento de gestão socioambiental do ambiente costeiro do Maranhão**. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA**, 2017. Anais [...]. Campinas: Unicamp, 2017.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**. Relatório de Atividades: Resex Delta do Parnaíba. Brasília: ICMBio, 2021. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal. Acesso em: 15 fev. 2025.

EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo)**. Plano de Desenvolvimento do Turismo. Sustentável no Delta do Parnaíba**. Brasília: EMBRATUR, 2020. Disponível em: https://www.embratur.gov.br. Acesso em: 15 fev. 2025.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. WWF, World Wild Fund. **Efetividade de Gestão de Unidades de Conservação Federais do Brasil:** Implementação do Método Rappam. Brasília, DF, 96 p. 2007.

LITTLE, Pul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de zoneamento econômico ecológico do baixo Parnaíba**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/baixopar_relatorio_completo.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2025.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo**. Brasília: Ministério do Meio Ambient, 2004. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano- de-manejo.html Acesso em: 15 de fev. 2025.

SILVA, M. G. S. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético- político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

LEÃO, Marcio Fernandes. **Fundamentos da mecânica dos solos**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

LIMA, Ricardo Paganelli de et al. **Estabilização de solo laterítico utilizando cinza do bagaço da cana de açúcar e cal hidratada**. *Matéria (Rio de Janeiro),* v. 27, p. e13143, 2022.

LIMA, Sofia Araújo et al. **Concretos com cinza do bagaço da cana-de-açúcar: avaliação da durabilidade por meio de ensaios de carbonatação e abrasão**. *Ambiente Construído,* v. 11, p. 201-212, 2011.

MAGALHÃES, Kethlyn Carvalho De Oliveira; DE REZENDE, Selizângela Pereira. **Caracterização Química da Cinza do Bagaço da Cana de Açúcar de uma Usina Sucroalcooleira de Mineiros-GO**. [S.l.]: UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros, [2017].

MOURA, Elda Marra de et al. **Caracterização e uso da cinza do bagaço de cana-de-açúcar em tijolos de solo-cimento**. *Ambiente Construído,* v. 21, p. 69-80, 2021.

PINTO, Carlos de Sousa. **Curso básico de mecânica dos solos** em 16 aulas. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SANTOS, T. A. et al. **Influência da temperatura de calcinação na pozolanicidade da cinza de bagaço de cana-de-açúcar (CBCA)**. In: *22º CBECiMat-Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais.* Natal, RN, Brasil, 2016. p. 1740-1751.

SILVA, Denis Lima da. **Acompanhamento do estudo geotécnico de dois solos tropicais lateríticos maranhenses: um arenoso e outro argiloso**. [Relatório PIBIC 2022-2023] – Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, São Luís – MA, 2023.

SILVA, Denis Lima da. **Análise do efeito da adição de cinza do bagaço de cana-de-açúcar na perda de massa por imersão de solos tropicais finos maranhenses**. [Relatório PIBIC 2023-2024] – Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, São Luís – MA, 2024.

VALENCIANO, Martha Del C.; FREIRE, Wesley J. **Características físicas e mecânicas de misturas de solo, cimento e cinzas de bagaço de cana-de-açúcar**. *Engenharia Agrícola,* v. 24, p. 484-492, 2004.

VILLIBOR, Douglas F.; ALVES, D. M. L. **Pavimentação de baixo custo para regiões tropicais: projeto e construção: novas considerações**. Editora Tribo da Ilha, v. 1, 2019.

VILLIBOR, Douglas Fadul; NOGAMI, Job Shuji. **Pavimentos econômicos: tecnologia do uso dos solos finos lateríticos**. São Paulo: Arte & Ciência, 2009. 291 p. ISBN 978-85-61165-34-5.